

## A POPULAÇÃO DE RUA E AS RELAÇÕES CAPITALISTAS

Heloisa dos Santos Martins de OLIVEIRA<sup>1</sup>

Márcia Heloisa de OLIVEIRA<sup>2</sup>

**RESUMO:** A questão da população de rua está relacionada ao capitalismo excludente que ocasiona o processo de exclusão social e pobreza. A própria evolução do capitalismo possibilitou deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda, dando origem ao fenômeno social “morador de rua” e “população de rua”. Concomitantemente a pessoa moradora de rua, passa por uma situação de extrema vulnerabilidade social, no limite da exclusão social, da desfiliação social e da pobreza, sem ter a garantia do mínimo para sua subsistência, além de uma série de outras questões sociais, políticas e econômicas a que estão sujeitas. Para a concretização desta pesquisa e reflexão sobre como esta demanda tem sido vista direta e indiretamente na sociedade, o presente artigo delimita-se dentre os 53 municípios da 10ª Região de Presidente Prudente/SP, o de Presidente Venceslau, marcado pelas chamadas “Migrações Urbanas” para breve estudo.

**Palavras-chave:** População de Rua. Capitalismo. Migrações.

### INTRODUÇÃO

Desde os tempos remotos, as pessoas deslocavam-se de um lugar para o outro no intuito de melhorar seu status, sua condição de vida, e buscar estabilidade. Com isso, deu-se início as migrações, oriundas de diversos lugares e por vários motivos, sejam eles sociais, econômicos, políticos e/ou culturais.

---

<sup>1</sup> A autora é discente do 4ºano do curso de Serviço Social, das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: heloisa\_smol@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente-SP

O município de Presidente Venceslau, localizado no entroncamento de duas importantes rodovias estaduais: a Rodovia Raposo Tavares (SP- 270) – considerada como um dos maiores corredores econômicos que une o Estado de São Paulo ao Mato Grosso do Sul – e a Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo – Integração (SP- 563), que une o Norte do país a São Paulo e ao Sul Brasileiro.

Como as demais cidades brasileiras, possuem problemas decorrentes da exclusão social, e a questão do morador de rua é algo muito pertinente na sociedade e que merece receber um outro olhar clínico. Uma vez que, a pessoa moradora de rua, passa e se sujeita há uma situação de extrema vulnerabilidade social, no limite da exclusão social, da desfiliação social e da pobreza, sem ter a garantia do mínimo para sua subsistência, além de uma série de outras questões sociais, políticas e econômicas .

Historicamente, a própria evolução do capitalismo possibilitou deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda. Atualmente, o que ocorre no município de Presidente Venceslau é a chamada “Migrações Municipais”, em que no município ocorrem Migrações Urbanas relacionadas a problemas fundiários, redução da oferta de empregos, deficiência na prestação de serviços públicos ligados à economia e infra-estrutura. Migrações, estas, que influenciam no fenômeno social “morador de rua” ou “população de rua”.

A partir da angústia surgida num pré-contato com esta população no campo de estágio, o presente artigo busca articular as disciplinas de supervisão acadêmica e oficina juntamente com o trabalho desenvolvido durante o estágio supervisionado. Direcionando seu foco a questão do morador de rua, para uma melhor compreensão deste na realidade vivenciada não apenas pelo município de Presidente Venceslau, mas também na região de modo geral, objetivando conhecer melhor este indivíduo e as questões que lhe cercam.

Assim, a pesquisa realizada neste trabalho, foi de cunho bibliográfico com o objetivo de conhecer as características peculiares destes e os fatores responsáveis pela sua situação de extrema exclusão e vulnerabilidade social, visando também analisar a forma como a sociedade em geral acolhe este indivíduo, lembrando-se que estes fatores estão fortemente ligados aos reflexos do capitalismo excludente. Desta

forma, a importância do seu título “**A População de Rua e as Relações Capitalistas**”, pois é com este sistema que ela ganha “ênfase” na sociedade.

## **1. CONSIDERAÇÕES GERAIS DA MIGRAÇÃO NO BRASIL**

### **1.1 Contexto Histórico da Migração**

A imigração deu-se de diversas formas no Brasil. No decorrer dos séculos XVI ao XIX, além do deslocamento voluntário, acontecia também a vinda obrigatória de milhões de negros, como mão-de-obra escrava. Até o século XIX o país era formado eminentemente por índios e negros.

Entretanto, segundo FAUSTO (2001), a partir de meados do século XIX muitos imigrantes vieram atraídos sob a oferta de terras, que lhes dariam condição de pequenos proprietários agrícolas. Os primeiros a ocupar a região Sul do país foram os alemães e os italianos, disseminando sua cultura por toda esta região.

Mais tarde, o Estado de São Paulo passa a ser a região de grande enfoque para migração, época em que após a abolição da escravatura em 1888, necessitava-se de mão-de-obra na produção cafeeira, trabalho este, assalariado. Com as transformações sócio-econômicas ocorridas na Europa, e o barateamento do transporte, facilitou que viesse para o país um intenso contingente de europeus. As ofertas da passagem marítima ao grupo familiar e transporte para as fazendas possibilitaram a atração dos imigrantes.

No cenário da Europa, aconteciam mudanças com a forte presença da política nacionalista. Na Itália, após a ascensão de Mussolini surgem obstáculos à imigração para a América Latina. FAUSTO (2001, p.157) “As más condições de recepção dos recém-chegados levaram o governo italiano a tomar medidas contra o recrutamento de imigrantes. [...] proibiu a imigração subsidiada para o Brasil [...]”. A demanda da força de trabalho, passa a ser suprida pelas migrações interna. Depois

vieram os japoneses em numerosa quantidade para a região de São Paulo, com o intuito de trabalhar em pequenas propriedades agrícolas.

O conhecimento advindo por cada povo: portugueses, italianos, espanhóis, alemães, judeus, sírios, libaneses e japoneses, influenciaram nas mudanças socioeconômica e cultural da Região Centro-Sul do Brasil. Desenvolveu a produção do trigo, vinho, atividades industriais e comércio. Além disso, ocorreu valorização da ética do trabalho, com padrões alimentares e modificações na língua portuguesa. Divergindo em cada região brasileira a pronúncia da língua portuguesa que em cada região se dá de uma maneira. E a utilização do trabalho assalariado desenvolveu a urbanização e crescimento do mercado interno.

Os italianos contribuíram na industrialização gaúcha e paulista e também na criação de hábitos alimentares. Os japoneses através do café tornaram-se proprietários de pequenas e médias propriedades e desenvolveram a produção de hortifrutigranjeiros. Os judeus desenvolveram com atividades do comércio. Os portugueses, comércio e varejo de alimentos. Os sírios e libaneses, atuaram nas atividades comerciais, indústrias, e também atuação na medicina e atividades políticas. Os alemães tiveram forte presença nas escolas, imprensa, associações, e também a campanha da nacionalização durante o Estado Novo.

Estas migrações têm finalidades divergentes das ocasionadas pelos migrantes moradores de rua, os quais geralmente não tem perspectiva de mudança de vida, e migram sem nenhuma perspectiva uma vez que tem seus laços familiares esgarçados, sem vínculo nenhum com suas famílias.

## **1.2 Migração na Contemporaneidade**

Historicamente o fluxo migratório decorreu de vários fatores ligados a situação de mudança provocada pelo capitalismo. O município de Presidente Venceslau não diferente dos demais passa pelas “migrações municipais”, de acordo com o Projeto Municipal da Assistência Social (2007), consequência das migrações urbanas. Ligada aos problemas fundiários, redução da oferta de trabalho, deficiência na

prestação de serviços públicos ligados à economia e infra-estrutura. Segundo informações do Governo do Estado de São Paulo (2007)

Durante o período de 1941 a 1949 só o Departamento de Imigração e Colonização de São Paulo encaminhou à lavoura do Estado 399.937 trabalhadores procedentes de outros Estados do Brasil. Nesta época, na Europa acontecia a II Guerra Mundial e a imigração de europeus reduziu drasticamente. Os 12 municípios que maior número de migrantes receberam (399.927) foram Presidente Prudente, Rancheira, Marília, Martinópolis, Andradina, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Pompéia, Valparaíso, Araçatuba e Presidente Bernardes. Mas foi nas décadas de 1950 e 1960 que se verifica a efetiva industrialização do Estado e a conseqüente abertura de um mercado de trabalho de dimensões amplas, uma vez que o processo de crescimento industrial, por seus efeitos multiplicadores levou também a uma substancial ampliação do setor terciário.

Entretanto, a evolução capitalista possibilitou diversos deslocamentos migratórios em função das diversas questões socioeconômicas, como o desemprego e outras, advindas deste sistema excludente. Na concepção de Silva et al.(2000, p.19):

É evidente que os contrastes existentes entre a miséria e a abundância, vistas claramente, mostram que a evolução econômica do capitalismo fortaleceu mais a desigualdade do que a diminuiu. De fato, esse sistema não oferece condições e oportunidades a todos, pois o seu grande alicerce é integrado pelos trabalhadores, os assalariados, que só dispõem de sua força de trabalho.

Embora haja a vista os direitos garantidos aos cidadãos, como: justiça, igualdade, cidadania e dignidade, tornam-se contraditórios quando se depara com indivíduos que estão à margem da exclusão, pobreza e marginalização, fruto de toda uma cultura enraizada no desenvolvimento do país.

De acordo com Silva et al. (2000) ela está incluída numa parcela populacional que sofre crescente empobrecimento em relação à ética do trabalho. A qual, sobrevive da venda da sua força de trabalho, para a garantia de sua alimentação, moradia, vestuário e lazer. Dentre todas as transformações ocorridas, a questão do

emprego é algo cada vez mais instável, pois ocorre o aumento do desemprego, a precarização das relações trabalhistas, e, esta classe em geral, fica sujeita às condições precárias do mercado informal.

Junto com toda mudança ocorrida no âmbito do trabalho, o fenômeno migratório vai além do deslocamento de uma região para outra. As migrações, segundo a mentalidade pública, causam concentração acelerada em áreas urbanas e particularmente em centros metropolitanos, além do aumento da criminalidade, desequilíbrios regionais e setoriais, desajuste social e psicológico da população. Seus padrões não correspondem às necessidades nacionais.

Se mais de um terço da população brasileira é oficialmente considerada “migrante” e se o fato de migrar está associado à desintegração dos laços familiares e de outros laços afetivos e se, ademais, os migrantes enfrentam sérios problemas de adaptação em cada novo habitat, a migração está aumentando as manifestações de desorganização social e individual. (SILVA et al. 2000, p.24).

O fenômeno migração na contemporaneidade, dentre os mais diversos aspectos, dá origem à chamada população de rua, marcada pelo reflexo das relações capitalistas em que a pobreza urbana reflete severamente no estágio de exclusão que se encontra uma parcela da população.

## **2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE RUA**

A população de rua é um fenômeno social que cada vez mais se torna abrangente na sociedade, não existindo um conceito preciso sobre esta, devido às várias concepções técnicas, políticas e ideológicas que caracterizam esse segmento. De acordo com Amed Ali et al (1996) “Homeless é uma denominação mais usada internacionalmente para nomear esse grupo. Todavia ela não especifica a situação de viver na rua”.

A rua tem sido considerada por este segmento um espaço de moradia e sobrevivência. É nela que o homem de rua expressa um modo de vida peculiar, quando exclui uma série de bens sociais como habitação, emprego regular, acesso e serviços, e vive das sobras do excedente social.

A ética do trabalho na nossa sociedade desprivilegia aqueles que não tem uma atividade produtiva, em especial para os chefes de família, pois ela é quem garante o status de “provedor”. Perdendo essa posição, há uma desqualificação no meio familiar, trazendo como conseqüência a sua vida para a rua. (AMED ALI et al, 1996, p.8).

O trabalho é algo essencial ao ser humano, pois ele é um elemento socializador e de construção de identidade, momento este fundamental na vida do indivíduo, tirando-o do ócio e dando-lhe condições de superação da condição de submissão que se encontram.

O limite da pobreza em que vivem favorece a extrema rapidez com que se formam clichês e estereótipos de avaliação, que na concepção de Amed et al (1996), a sociedade em geral os caracterizam como sujeitos que bebem, promovem baderna, agride, apresentados com condições precárias de higiene e representado perigo.

## 2.1 Tipos de população de rua

A população de rua pode ser considerada em três tipos segundo estudo de Amed et al. (1996): Ficar na rua circunstanciamente, estar na rua recentemente, ser de rua permanentemente.

**a) Ficar na rua:** situação precariedade devido à ausência de recursos para se manter, necessitando de programas de proteção social. As pessoas que se encontram nessa situação sentem-se desvalorizadas e demonstram medo de dormir na rua, buscando albergues ou pensões para ficarem, recorrendo aos serviços do plantão do Serviço Social e geralmente estão à procura de emprego ou bicos que lhe permitam pagar

uma pensão. Eles não aceitam se identificados como morador de rua, e ainda possuem fortes laços com familiares e tem propósitos.

**b) Estar na rua:** Começam a adotar a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadoras. Relacionando com as pessoas que já estão na rua, buscam novas alternativas de sobrevivência. Os contatos com a família apesar de ainda os possuir estão enfraquecidos.

**c) Ser de rua:** A rua torna-se seu lugar de referência e espaço de suas relações, sendo limitada suas condições de higiene e alimentação, fazem freqüentemente uso de bebidas alcoólicas e sofrem um processo de depauperamento físico, mental em função de sua condição de vida. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, e já perderam o vínculo com a família.

De acordo com dados do Projeto Municipal da Assistência Social de (2007), e do Departamento da Divisão de Bem Estar Social de Presidente Venceslau, constatou-se que em média são atendidos mensalmente cerca de oitenta usuários, conhecidos como migrantes.

Atualmente, o trabalho com este indivíduo consiste em oferecer-lhe hospedagem na Casa de Passagem Sol da Manhã por um período máximo de três dias, oferecendo-lhes além do pouso e atendimento de recepção para registro, alimentação para as refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde e janta), banho e vestimentas quando necessário.

Também há o encaminhamento para o setor da Assistência Social, para a realização da entrevista individual, e coleta de maiores dados sobre a historicidade desse sujeito e fornecimento de passagens para o seu destino. Em relação à passagem oferecida a maioria desses usuários se dirigem para cidades próximas como Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Assis e Dracena, e por aí continuam a fazer o seu trecho, sendo a maior parte do sexo masculino e da cor parda.

### 3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

De acordo estudos de Silva et al.(2000) a pobreza pode ser absoluta, quando define as condições mais baixas de uma sociedade, ou relativa quando contempla a distância entre as melhores e as piores condições de vida. Sendo pela pobreza relativa que se entende os padrões dos mínimos sociais como parâmetros de distribuição de riqueza social. Situação pela qual passa a maior parte da população de rua, que se encontra no limite da pobreza.

E a questão da exclusão social pode implicar na privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, situação esta vivenciada pela população de rua que de certa forma perderam seu direito de votação e são classificadas como a pior fase que alguém poderia se encontrar, por não ter vínculos pessoais, sociais e nem mesmo condições mínimas de sobrevivência.

De acordo com Wanderley (1997) excluídos são todos aqueles que são rejeitados dos nossos valores, mercado materiais, não sendo excluídos somente fisicamente, geograficamente e materialmente, mas também uma exclusão cultural.

Lembrando que a pobreza e exclusão não podem ser consideradas sinônimos de um mesmo fenômeno, mas são envolvidas num processo de articulação. Envolvidos pela questão da desqualificação, desinserção e desfiliação. Segundo Castel (1995) apud Wanderley (1997, p.79):

A “desafiliação”: analisando as metamorfoses da questão social Robert Castel cunha este conceito, significando uma ruptura de pertencimento, de vínculo social. “Efetivamente, desafiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis.” Então aqui consideradas as populações com insuficiência de recursos materiais e também aquelas fragilizadas pela instabilidade do tecido relacional, não somente em vias de pauperização, mas de desafiliação, ou seja, perda de vínculo societal... “O que chamei de desafiliação não é o equivalente necessariamente a uma ausência completa de vínculos mas á ausência de inscrição do sujeito em estruturas que têm um sentido” (Castel, 1995:416).

#### **4. SERVIÇO SOCIAL E O FENÔMENO MORADOR DE RUA**

Pensar em migração significa falar em mudança, viagem, deslocamento, passagem de um lugar para outro, acompanhado pelo desenvolvimento e surgimento das espécies.

A migração implica num processo de mudança, criando uma necessidade de transformação no migrante e morador de rua, devido ao afastamento do núcleo familiar, do que era próximo e conhecido, como os valores, hábitos, costumes e visão de mundo.

O migrante, ao sair de sua cidade expressa explicitamente uma situação de busca, de procura por melhores condições de vida, sejam elas associadas à vida econômica, financeira, pessoal ou profissional, deflagrando a necessidade de abandonar o seu espaço e lugar, para ganhar novos mundos na esperança de encontrar solução e conforto para suas angústias.

Segundo Silva et al. (2000), ao caracterizar o processo de migração no Brasil, e principalmente na região de Presidente Prudente, deve-se relacioná-lo aos grandes eixos de mudanças na estrutura econômica do país. Transformações geradas pela globalização e avanços tecnológicos, que exigem cada vez mais a qualificação profissional, no entanto ao lado de todo processo há também o desemprego estrutural, a exclusão social, a pobreza e a precarização das relações de trabalho.

Todo esse processo de migração nos dias atuais agrava-se com a ausência de políticas sociais capazes de atender o cidadão em suas reais necessidades, acentuando o grau de sua exclusão. E, pela busca da sobrevivência surgem novas figuras como o morador de rua e o migrante, os quais têm em geral seus laços rompidos com seu lugar de origem, marcada pela perda de vínculos pessoais e familiares. Contexto este, em que a maioria deles perde, aos poucos, sua identidade, sua auto-estima, e até mesmo sua perspectiva de vida e mudança, ocasionadas por diversos fatores.

Sendo vistos, não como portadores de direitos, e sim, como indivíduos que promovem a desordem na sociedade, estando a margem de toda exclusão são

geralmente perseguidos e mal tratados pela polícia, e vistos com discriminação e preconceito pela população em geral.

De acordo com SPOSATI (1998) apud Silva et al (2000, p.20):

É importante que a sociedade civil assuma também como sua a luta do morador de rua, hoje o setor mais excluído entre os excluídos. Precisamos todos, nos empenhar incessantemente para que o Brasil adote políticas públicas com padrões básicos de dignidade para todos os setores carentes. É esse o caminho ou, a exemplo da banalização da violência que só nos preocupa quando ela bate a nossa porta, verá com naturalidade multidões andrógenas perambulando sem rumo e sem esperança pelas ruas de nossas cidades.

Portanto, necessita de políticas sociais que atendam as reais necessidades deste fenômeno e que articulada ao Poder Público, auxiliem no processo de inclusão do morador de rua, juntamente com a articulação com a sociedade, para que a mesma seja conscientizada em relação a como acolher este indivíduo que se apresenta em situações pecaminosas em relação a mesma. Uma vez que vêem estes sujeitos como mendigos, andarilhos, que estão a margem da sujeira, falta de higiene e também medo, ocorrendo assim a culpabilização das vítimas, como se estivessem nesta situação por gosto.

Por isso, precisa-se desvelar esta situação para que se melhor os compreenda e possa fazer proposituras em relação aos mesmos. E reforçando a questão da busca pelos seus direitos, pois na maior parte dos casos, já perderam seu primeiro direito de identificação, em que a maioria segundo dados estatísticos de Silva et al. (2000) não possuem documentos pessoais.

Nas busca destes dados as autoras fizeram uma pesquisa com a população de Rua de Presidente Prudente, e traçaram através de análises as características do seu perfil. Na maior parte, é do sexo masculino, de cor branca, com idade acima de 35 anos, sobrevivem de doações recebidas pela população, e dentre os motivos que os faz estar na rua a questão ênfase foi o desentendimento familiar e desemprego, fator este maior do que a questão do alcoolismo que em geral é vista de forma equivocada pela própria população

Entretanto, para que o trabalho de profissionais do Serviço Social se realize concretamente, é necessário relacionar este assunto levando em conta a avaliação sobre a conjuntura social, econômica, política e cultural em que o Brasil vive, pois a realidade do morador de rua é o retrato fiel da questão social numa sociedade desigual e de excluídos socialmente. Por isso, é de preciosa importância a necessidade de se afirmar princípios democráticos do Estado de direito brasileiro, num momento em que são inúmeros os casos de violação dos direitos humanos contra os este segmento, podendo ser homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, negros, pobres, indígenas, e trabalhadores, na sociedade em geral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente a cidade de Presidente Prudente conta com uma política de atendimento ao morador de rua, por meio de atendimento de abrigo, bem como desenvolvendo diversas oficinas com o mesmo, um trabalho de mobilização e transformação social composto por toda uma equipe técnica direcionada a este segmento.

Já o município de Presidente Venceslau, tem o Centro de Referência ao Migrante, que funciona como albergue, o qual acolhe por período curto esta população, oferecendo-lhes atendimento individual para breve diagnóstico do usuário, passagem, alimentação e realizam abordagem de rua.

Contudo, é preciso que haja uma Política de atendimento ao migrante que trabalhe as questões além do atendimento imediato, para que possa dar-lhes condição de saírem do estado de mendicância e transição para uma perspectiva de resgate da sua auto-estima, valores perdidos e possibilitar através de um trabalho social o alcance da sua autonomia e emancipação e o seu reconhecimento quanto cidadão portador de direitos, cabendo forte atuação do profissional de Serviço Social nesta questão.

Pois estes sujeitos a serem trabalhados em geral são vistos sob aspectos de estereótipos que lhes consideram como “lixo” ou algo similar, devendo ser retirado das praças, ruas, enfim, da vista das pessoas, para que não as contaminem e nem as

coloquem em perigo. Camuflando desta forma as reais necessidades pelas quais perpassam membros da sociedade. Precisando, esta, ser preparada para acolher este indivíduo, que além dos vínculos familiares rompidos encontra-se em situação de extrema exclusão e pobreza. E, proporcionar-lhes condições de aos poucos conseguirem atingir sua dignidade humana, como sujeito portador de direitos.

Afinal, deve-se haver um compromisso com o projeto ético político profissional com a população de rua, para que os princípios que fundamentam a formação profissional do Serviço Social se efetivem por intermédio das políticas de atendimento a este segmento, que cada dia expande em na sociedade devido a diversos fatores ocasionados pelos reflexos do capitalismo excludente.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CASTEL,R. **As Metamorfoses da questão social**. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 1998.

AMED ALI, D. M. et al. **População de rua**: necessidades de saúde e organização de serviços. São Paulo: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 1996.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Migrantes**. Disponível em:

< <http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/gente/migrantes.htm> >. Acesso em: 05 abr. 2007.

PROJETO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2007. **Centro de Referência ao Migrante**. Divisão de Bem Estar Social - Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, 2007.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua**. São Paulo. Hucitec, 2005.

SILVA, A.C.da et al. **Rua / a casa que a sociedade não reconhece**. 2000. 66 p. Monografia (Graduação) - Associação Educacional Toledo, Presidente Prudente, 2000.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo. Editora 34. 2001.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.55, Ano XVII, p.74-83, nov. 1997.